



A PESSOA HUMANA COMO LUGAR TEOLÓGICO A PARTIR DE SUAS DEFICIÊNCIAS

(The human person as a theological place from its disabilities)

Juliano Ribeiro Almeida*

Mestrando em Teologia Sistemática pela School of Theology and Ministry Boston College (EUA).

RESUMO

O artigo lança um olhar sobre as deficiências físicas, sensoriais e cognitivas da pessoa humana, substituindo a ideia de Deus como seu causador direto ou indireto pela teoria da aleatoriedade. Define a deficiência como expressão do caráter limitado do ser humano em geral. Propõe uma abordagem pastoral e uma postura ética diante das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Teologia; Antropologia Teológica; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The article casts a glance at the physical, sensory and cognitive disabilities of the human person, by replacing the idea of God as its direct or indirect causer by the randomness theory. It defines disability as expression of the limited character of human being in general. It proposes a pastoral approach and an ethical stance before people with disabilities.

Keywords: People with disabilities; Theology; Theological Anthropology; Human Rights.



INTRODUÇÃO

Uma das novas questões antropológicas que vêm interpelando a Igreja nas últimas décadas é a das deficiências das pessoas. A teologia se defronta com o tema em suas reflexões sobre direitos humanos, uma vez que vem sendo amplamente difundida a conscientização sobre a dignidade das pessoas com deficiência, seu direito à inclusão e acessibilidade. Por outro lado, a Igreja se vê na responsabilidade de participar nos debates da bioética, em que se discutem desde polêmicas na área da genética até a evolução das técnicas de tratamento das deficiências.

Além disso, não obstante os grandes e rápidos avanços científicos do último século, as deficiências das pessoas continuam sendo um grave questionamento teológico: como é possível que Deus seja, ao mesmo tempo, onipotente e misericordioso, se sob seu olhar há tantas pessoas sofrendo por causa de deficiências de todo tipo? Se ele é poderoso o suficiente para evitá-las, por que se mostra impotente diante delas? Se ele é realmente bom e ama o ser humano, por que não intervém para socorrê-lo das deficiências? É necessária uma verdadeira mudança de paradigma quanto à interpretação das deficiências: abandonar a teodiceia com sua noção de um Deus intervencionista que tem o mundo criado como apêndice de si mesmo, em vista de uma visão mais cósmica e menos feudal de Deus; um Deus que, ao criar o mundo, sai de si mesmo e permanece diante dele como Outro, ainda que próximo; um Deus, enfim, que nos tenha não como suas marionetes, mas como interlocutores livres e filhos amados. De fato, é urgente reconciliar a ideia cristã de Deus criador com a ideia científica de natureza.

A antropologia teológica, ao revolucionar a compreensão de quem seja Deus diante da criação, automaticamente também renova o conceito de natureza humana. Como afirma Susan A. Ross, “a dignidade humana está localizada não apenas em nossos cérebros, mas em nosso ser inteiro”¹. Ao investigar o que seja esse “ser inteiro”, a teologia colabora efetivamente com as demais ciências, especialmente as biológicas, que já foram tão longe a ponto de mapear minuciosamente toda a genética humana, mas que nem sempre dão conta, apenas com seus próprios



instrumentais, de perceber, do embrião de alguns dias à pessoa com a deficiência mais grave, o ser humano como fim em si mesmo, no dizer de Immanuel Kant.

1. A CAUSA DAS DEFICIÊNCIAS NA TEOLOGIA TOMISTA

Na Suma Teológica, Tomás de Aquino se pergunta: “A morte e outras deficiências corporais são efeitos do pecado?”². A resposta é sim; porém, o pecado é causa da morte e outras deficiências não *per se*, mas *per accidens*. Ele explica:

Acidentalmente uma coisa é causa de uma outra se ela remove o obstáculo. [...] Uma vez suprimida esta justiça original pelo pecado do primeiro pai, assim como a natureza humana foi ferida, quanto à alma, pela desordem das potências, assim também se tornou corruptível pela desordem do mesmo corpo [...]. Assim, removida a justiça original, a natureza do corpo humano ficou entregue a si mesmo³.

No estado original, a dimensão espiritual da pessoa sustentava seu corpo. O desenvolvimento do corpo acompanhava a bem-aventurança do espírito⁴. Com a queda, a dimensão corpórea da humanidade passou a ser conduzida apenas pelas leis naturais, terrenas. Ora, se na natureza observam-se imperfeições de todo o tipo, também na constituição humana passou a haver toda espécie de imperfeições. Aquino afirma que o ser humano, como cada bem criado, “tem sua medida, beleza e ordem, e o pecado o diminui, sem suprimi-lo totalmente”⁵.

Logo, as deficiências corporais, por causa do pecado original, afetam o ser humano pelo mesmo motivo que a morte o afeta, e também o envelhecimento, as doenças, os acidentes, catástrofes naturais etc. Numa reflexão teológica mais condizente com todo o conhecimento que se tem hoje sobre a humanidade, importa afirmar que as deficiências na pessoa não provêm de nada além da própria natureza humana, que é limitada desde os seus primórdios.

São Tomás conclui dizendo: “O pecado atual não causa essas deficiências, como o pecado original”⁶. Ora, isso significa que, de acordo com as Sagradas Escrituras e com sua interpretação



pela teologia católica, as deficiências corporais não são definitivamente consequência de algum pecado atualmente cometido. Só se pode entender o pecado como causador das deficiências corporais enquanto pecado original, isto é, de maneira indireta e universal. Portanto, não se justifica uma explicação da deficiência que a atribua a qualquer força que não a própria natureza; nem insinuando ser ela punição, castigo ou maldição, nem mesmo numa interpretação positiva, do estilo autoajuda, ao dizer que determinada pessoa com deficiência foi “destinada” a nascer ou passar a ser assim com alguma finalidade boa.

Embora a ocorrência de algumas deficiências em algumas pessoas possa ser diretamente explicada por questões de hereditariedade ou mesmo causada por algum fator conhecido (excesso de fumo, álcool e drogas durante a gravidez, por exemplo), a maior parte parece ser aleatória. “Para muitas pessoas com deficiência, a explicação pela aleatoriedade faz mais sentido do que imaginar um homem velho no céu que decide que certas pessoas devem experimentar a vida com uma deficiência”⁷. A deficiência aparece na vida de algumas pessoas como evento aleatório, parte constitutiva do processo evolutivo natural. Todas as apelações para um *Deus ex machina* para tentar explicar a ocorrência das deficiências são indevidas. Mesmo as interpretações religiosas como a da deficiência como sendo uma missão especial que tal pessoa recebeu de Deus para suscitar o cuidado dos demais são, em geral, prejudiciais. A pessoa humana, pela sua dignidade intrínseca, jamais pode ser considerada um meio para algum fim, já que ela é fim em si mesmo. Portanto, qualquer explicação da deficiência humana como causada por Deus, direta ou indiretamente, falha gravemente por instrumentalizar o ser humano.

Então, considerando a deficiência a partir da Antropologia Teológica, constata-se que ela – seja física, sensorial ou cognitiva – só pode ser corretamente interpretada dentro do quadro do desenvolvimento humano em geral. De fato, toda pessoa – que não vier a morrer antes – certamente será um dia alguém com algum tipo de deficiência. A velhice inevitavelmente traz consigo enfraquecimento ósseo, muscular, auditivo, visual etc. De modo que se pode afirmar (não clínica, mas filosoficamente) que um deficiente visual de meia idade, por exemplo, não teve mais do que uma antecipação crônica do processo natural de perda da visão, que acomete boa parte da população idosa. Um jovem que ficou paraplégico num acidente automobilístico



compartilha da mesma condição que um homem que passou a se locomover por cadeira de rodas devido a alguma complicação da saúde provocada pela idade avançada.

As pessoas com deficiência, portanto, não estão à margem de uma “humanidade normal”, antes de tudo porque simplesmente não existe – depois da queda original – tal normalidade ou perfeição nos seres humanos. “Aqueles que nós chamamos de deficientes, e particularmente aqueles que nós consideramos gravemente deficientes, realçam o caráter vulnerável e questionável de toda a existência humana”⁸.

Se o pecado original causou as deficiências corporais, então por que alguns humanos estão mais sujeitos a essas deficiências do que outros? Tomás de Aquino afirma que isso se dá “*secundum diversitatem naturalis complexionis*”, ou seja, segundo a diversidade da *compleição natural*. Compleição significa composição ou formação do corpo. Ou seja, o motivo por que algumas pessoas têm mais deficiências corporais do que outras (ou simplesmente as têm mais cedo) é totalmente natural e não está diretamente relacionado a uma vontade particular de Deus. Alguns nascem ou, por doença ou acidente, tornam-se deficientes pelo mesmo motivo por que uma folha tem cor, forma, textura e tamanho diferente das outras, mesmo sendo da mesma árvore.

As deficiências devem ser vistas não como “defeitos de fabricação”, já que o ser humano não é um produto industrializado, mas uma pessoa, marcada, como absolutamente todas as outras, por características que lhe são únicas⁹.

2. A RELATIVIDADE DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Segundo a ONU, há uma diferenciação básica entre os termos deficiência, incapacidade e invalidez. A deficiência é a “perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”¹⁰. Ela pode ser temporária ou permanente, pode ser de nascença ou adquirida em alguma fase da vida; pode ser física, motora, sensorial, intelectual ou cognitiva; pode ainda ser autismo etc.



Mas o próprio conceito de deficiência é amplamente discutido. Se as deficiências, em geral, forem consideradas incapacidades para algumas atividades, então, a rigor, não somente o surdo ou o paraplégico, por exemplo, são pessoas com deficiência, mas todo ser humano, já que todos temos habilidades para certas coisas e somos incapazes de outras. Aliás, uma pessoa cega não é propriamente deficiente num quarto escuro, nem diante de um elevador com teclas de comando disponíveis em Braille¹¹. O que, então, define o padrão e as circunstâncias das capacidades que uma pessoa dita “normal” deve ter?

Pailin denuncia o que considera uma *concepção elitista* de deficiência, segundo a qual alguém deseja que a pessoa com deficiência tenha condições de fazer as coisas que ele próprio faz e como ele faz. Isso é um paradigma que precisa ser mudado. Convencionou-se que o bom é andar com as próprias pernas, e que, por isso, quem está incapacitado para tal deve ser infeliz e digno de pena. Pailin se pergunta, a este respeito:

O que acontece quando alguém que enxerga sente pena do cego; o que escuta, pena do surdo; aqueles que podem cantar no tom, pena daqueles que não podem; aqueles que gostam de escalar, pena daqueles que têm vertigem com altura; aqueles que são intrigados com desafios filosóficos, pena daqueles que não conseguem ver os problemas; aqueles que apreciam vinho tinto, pena daqueles que têm ressaca ao bebê-lo e assim por diante? Aqueles que lamentam estão, na verdade, dizendo aos outros: “Que pena que você não pode experimentar o que eu valorizo. Como resultado, sua vida me parece deficiente”¹².

O texto-base da Campanha da Fraternidade do ano 2006 – cujo tema foi *Fraternidade e Pessoas com deficiência* – fazia a seguinte pergunta: “Será que deficiência necessariamente deverá ser traduzida por sofrimento?”¹³. E apresentava uma carta que a mãe de uma menina com deficiência visual enviou ao pároco depois de ouvi-lo, numa homilia, comentar uma passagem bíblica que falava de cegos. O presbítero referiu-se, por três vezes, à cegueira como sendo um sofrimento. A mãe comenta:

Ter uma deficiência, seja ela visual, auditiva, física, mental, é apenas uma característica na vida de uma pessoa, uma característica marcante porque determina diferenças no modo como essa pessoa se relaciona com o mundo à sua volta, mas apenas uma diferença, como todas as outras menos aparentes que todos nós possuímos. E é fácil



constatar que em nenhum momento deficiência significa sofrimento, e que, ausência de deficiência não significa garantia de felicidade¹⁴.

É preciso cuidado na hermenêutica dos vários textos bíblicos que se referem às pessoas com deficiência como símbolos de sofrimento e necessitados de compaixão. Embora essa linguagem fosse o senso comum na antiguidade, hoje é inapropriada. Como a tal mãe expressou na carta, frequentemente confundimos o *diferente* com o que é anormal e digno de pena ou, pior, de repulsa. Mas o diferente é sempre diferente em relação a alguma referência. E se minha referência de normalidade sou eu mesmo e quem é semelhante a mim, logo, quem não é como eu, sempre me parece estranho e deficitário. É nesse mesmo equívoco que nascem todos os tipos de preconceitos injustos: o racismo, o machismo, a homofobia, a intolerância religiosa etc.

Susin,¹⁵ ao comentar o conceito de *alteridade* em Emmanuel Levinas, explica que o ocidente herdou a mentalidade grega que privilegia a noção de *identidade* sobre a de *alteridade*. Na mitologia, Ulisses é afastado dos seus, faz uma longa viagem em que sempre almeja voltar, e permanece sempre o “mesmo” (*idem*, em latim, significa *mesmo*; é de onde vem a palavra *identidade*). De acordo com Levinas, a escolha que a sociedade ocidental fez pela *identidade* em detrimento da *alteridade* influenciou fortemente sua antropologia, marcada pelo individualismo e pela dificuldade de lidar com o diferente.

A presença de uma pessoa com deficiência costuma trazer certo desconforto a alguns, que nunca sabem bem como se comportar. Há o receio de se reagir normalmente, ou como diante de qualquer outra pessoa sem deficiência, pois isso poderia parecer insensibilidade e arrogância. Alguns se colocam logo em atitude de prontidão para ajudar, como se a pessoa com uma deficiência fosse completamente deficiente ou não tivesse qualquer autonomia. Tudo isso revela que não fomos preparados para nos relacionar naturalmente com o diferente de nós. Revela também a dificuldade que o senso comum tem de considerar aquele ser humano primeiramente não “um deficiente”, mas uma pessoa, que, como qualquer outra pessoa, é limitada e imperfeita em todos os sentidos.



O que é fundamentalmente importante a respeito de cada um de nós é o que nós *somos*, e não o que nós temos feito nem o que nós somos capazes de fazer. O conceito de “deficiente” como tal é tão significativa ou insignificante como aquele de “finito” como uma descrição do ser humano¹⁶.

A deficiência das pessoas nos faz lidar com os *limites* humanos. O ser humano *é limitado*; não apenas *tem limites*. Por isso, convencionou-se que não se deve dizer mais, como antigamente, “excepcional” ou “portador de deficiência”, mas sim “pessoa com deficiência”, para evidenciar que a deficiência não é um acessório que algumas pessoas carregam, mas é expressão da realidade universal do ser humano como ser limitado.

O argumento do modelo de limites não é dizer que nós deveríamos querer ser deficientes, ou mesmo que nós deveríamos abraçar todos os nossos limites e rejubilar por causa deles. A importância desse modelo é sua afirmação de que os limites, tanto quanto a diversidade de habilidades, devem ser vistos como elementos constitutivos de nossas compreensões de nós mesmos e do outro, como características chave para reflexão na antropologia teológica¹⁷.

3. UMA TEOLOGIA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Teólogos que estudam as deficiências da pessoa, tais como David A. Pailin, Deborah Beth Creamer e Hogan Griff, perguntam-se sobre a necessidade de uma espécie de *Teologia da Libertação* específica para esta “categoria”, assim como acontece com os demais excluídos: pobres, mulheres, homossexuais, índios, afrodescendentes etc. Alguns desses teólogos preferem não seguir essa linha, por acreditarem que as pessoas com deficiência necessitam, do ponto de vista teológico, não de autoafirmação enquanto sujeito – isso já vem sendo feito pelos movimentos sociais –, mas sim da correta integração do conceito de deficiência na antropologia teológica como um todo. “O que é necessário é não uma teologia preocupada com as pessoas deficientes como um grupo distinto de pessoas, mas uma tal teologia do humano que leve em consideração o estado ‘deficiente’ de algumas pessoas e as reconheça claramente como parte da humanidade”¹⁸.



A partir da revelação cristã, essa integração tem, como metodologia teológica, duas chaves bíblicas à disposição: a noção de *imagem e semelhança de Deus* e o mistério da *Encarnação do Verbo*.

Começemos pela ideia de *imago et similitudo Dei*, de Gn 1,26-27. Pailin explica: “A reivindicação de que os seres humanos são “à imagem de Deus” não significa que *todos* os seres humanos, simplesmente para serem classificados como propriamente *humanos*, devem ter algumas qualidades a partir das quais a “imagem” de Deus pode ser refletida”¹⁹. Se assim fosse, as pessoas com deficiência seriam apenas parcialmente imagens de Deus. “Ser ‘à imagem e semelhança de Deus’ pode ser tomado não se referindo a alguma qualidade observável pela qual os seres humanos fossem discriminados dos outros seres, mas para declarar um status que pertence às pessoas simplesmente pelo acidente do seu ser”²⁰.

O que faz do humano um ser “à imagem de Deus” é o amor e o interesse que Deus tem por ele. Não é a própria pessoa que se faz “à imagem de Deus” por alguma capacidade ou qualidade que traga em si, mas antes é Deus mesmo que a considera sua imagem, ao criá-la e amá-la.

Pailin afirma que a expressão *semelhança de Deus*, da mesma forma, não se refere a quaisquer características ou habilidades necessariamente presentes no ser humano, mas antes significam pertença à mesma família, como se pode comprovar no Gênesis: “Quando Adão completou cento e trinta anos, gerou um filho à sua semelhança, como sua imagem, e lhe deu o nome de Set”²¹. Logo, ao dizer que o homem e a mulher são criados *à semelhança de Deus*, o autor sagrado está afirmando que Adão e Eva pertencem à família de Deus ou, como Paulo quis citar do poema grego, são “da raça divina”²².

Semelhança, ali, não poderia mesmo significar outra coisa, já que Deus é puro espírito e não tem corpo nem cérebro pelos quais pudéssemos ser parecidos com ele de qualquer forma. Logo, não existe um padrão de imagem, em comparação à qual se poderia medir quem se assemelha mais e quem se assemelha menos com Deus.

A pessoa humana é tocada pela santidade de Deus, assim como uma estátua religiosa pode ser uma mediação da divindade para alguém que assim a considera, ainda que essa estátua não tenha



em si as qualidades de Deus. De fato, quando o profeta critica e ridiculariza o culto aos ídolos, não o faz por eles serem imagens *deficientes* de Deus – “eles nada sabem nem entendem, porque os seus olhos são incapazes de ver e os seus corações não conseguem compreender”²³ – mas porque são mediações de falsas divindades, “apenas uma mentira”²⁴. Portanto, o que faz com que um ser humano seja “à imagem e semelhança” de Deus não é o nível de desenvolvimento de suas potencialidades físicas ou intelectuais, mas apenas aquilo que ele é em si mesmo como objeto do amor gratuito de Deus. Em outras palavras, o que reflete a imagem de Deus é o *ser* da pessoa humana, e não seu *fazer*, seu *ter* ou seu *poder*.

Passemos ao mistério da *Encarnação do Verbo*. Nele se afirma que Jesus de Nazaré é o Filho de Deus que “se fez carne”²⁵, a Segunda Pessoa da Trindade que se fez homem para salvar a humanidade. São Gregório de Nissa e outros Padres da Igreja ensinam que o que não foi assumido pelo Verbo não foi redimido, ou seja, a natureza humana como um todo foi assumida por Cristo e, por isso, redimida por ele. Assim sendo, o que pela queda original se tornara mau (a gravidez, a diferenciação dos sexos, a terra, o trabalho e a morte²⁶), a partir do Verbo Encarnado volta a ser bom. Assim também, o que na Antiga Aliança era considerado impuro e maldito (o sangue, o cadáver, as deficiências físicas, as relações sexuais), a partir do mistério da Encarnação volta a ser santo.

Diz a Carta aos Hebreus: “Pois, não veio ocupar-se com anjos, mas, sim, com a descendência de Abraão. Convinha, por isso, que em tudo se tornasse semelhante aos irmãos, para ser, em relação a Deus, sumo sacerdote misericordioso e fiel”²⁷. Se na primeira chave teológica que estamos propondo se diz que o ser humano é “à semelhança de Deus”, nesta segunda, da Encarnação, diz-se o contrário: que Cristo se tornou “semelhante aos irmãos”. Enquanto no mistério da criação os seres humanos se assemelham a Deus, no mistério da Encarnação, porque pelo pecado os humanos perderam tal semelhança, Deus “torna-se semelhante aos seres humanos e é reconhecido em seu aspecto como um ser humano”²⁸, em vista do mistério pascal, que recria a humanidade. Ensina o Concílio Vaticano II:

Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada ser humano. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma



vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado²⁹.

Se Cristo é “em tudo” semelhante aos seres humanos, menos no pecado, isso quer dizer que ele assumiu todos os aspectos da humanidade, inclusive a tentação, o sofrimento e a mortalidade³⁰. Logo, pode-se concluir daí que, em sua encarnação, ele assumiu também toda a diversidade humana, com suas etnias, suas culturas, suas línguas, suas deficiências, doenças, tragédias etc. Portanto, até mesmo o que da natureza humana era mal visto na pedagogia da Lei de Moisés foi redimido e santificado por Deus na Nova Aliança, porque assumido pelo Verbo no mistério da Encarnação.

4. JESUS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Jesus de Nazaré, obviamente, era filho de seu meio e de seu tempo. É sabido que, na cultura judaica da antiguidade, as pessoas com deficiência eram vistas como amaldiçoadas por Deus, castigadas por causa de um pecado cometido por elas mesmas ou por algum ancestral.

No Antigo Testamento,

pureza e santidade são conceitos estreitamente relacionados. Nascer com uma deficiência, adquiri-la ou simplesmente conviver intimamente com ela inabilitava automaticamente a pessoa para o culto pleno. Deus e a deficiência se encontravam em margens opostas. Naturalmente, à imagem do impuro juntava-se a do maldito, com todas as consequências possíveis para a pessoa e sua família: vergonha, humilhação, culpa, isolamento, exclusão³¹.

Já no Novo Testamento, a deficiência é mais vista como possessão ou pelo menos influência de demônios, segundo a concepção grega. Mesmo o evangelista Lucas, que era médico de profissão, escreve sobre “uma mulher possuída havia dezoito anos por um espírito que a tornava enferma; estava inteiramente encurvada e não podia de modo algum endireitar-se”³².



Em seu ministério, Jesus contesta esses paradigmas. Ele toca pessoas com deficiência física e sensorial, com hanseníase, com transtornos mentais então atribuídos a possessões demoníacas; ele se deixa tocar pela mulher com hemorragia e pelas mulheres adúlteras; conversa com pagãos, samaritanos e condenados à morte, partilha a mesma mesa que os pecadores públicos. Tudo isso sem qualquer receio de se tornar impuro como prescrevem os capítulos de 11 a 17 do livro do Levítico.

Algumas atitudes de Jesus, em seu ministério de pregação, cura e exorcismo, deixam claro que sua primeira intenção é quebrar o antigo paradigma da exclusão dos “impuros” da comunidade. Por isso, independentemente de restabelecer fisicamente a pessoa, ele devolve a ela a dignidade de filho e filha de Deus, dando-lhe a possibilidade de voltar ao convívio social. Isso fica claro no pedido para que os curados de hanseníase procurassem imediatamente os sacerdotes (cf. Mc 1,44; Lc 17,14), a fim de que fossem logo declarados “puros” e reinseridos na sociedade. Também transparece na abordagem do homem com a mão atrofiada, na sinagoga; antes mesmo de curá-lo, Jesus lhe diz: “Levanta-te e vem para o meio”³³.

A passagem da cura daquele homem com paralisia que foi levado numa maca até Jesus pelo telhado aberto³⁴ talvez seja a que mais revela a postura do Mestre diante da deficiência das pessoas. Na versão de Mateus, Jesus lhe diz primeiramente “Tem ânimo, meu filho”³⁵. Aquele homem é primeiramente reanimado e consolado. Jesus primeiramente lhe devolve a vontade de viver. Pode-se pensar aqui nas pessoas que, por causa de uma deficiência, sentem-se excluídas e de fato se isolam do convívio social. Em segundo lugar, então, vem o perdão dos pecados e apenas em terceiro lugar – certamente apenas por estar a deficiência relacionada ao pecado na cultura judaica – é que acontece também a cura física.

Em Mc 2,5, Jesus diz “Filho, teus pecados estão perdoados”; na versão de Lc 5,20, ele diz: “Homem, teus pecados estão perdoados”. Em ambas as versões, Jesus restabelece a própria identidade da pessoa com deficiência: chama de “filho” a quem não podia, segundo a Lei, considerar Deus como seu pai; chama de “homem” a quem era considerado subumano.

Hogan, comentando essa passagem do evangelho, observa que Jesus parecia minimizar as deficiências, não as vendo como um “problema”:



De uma forma misteriosa, Cristo considerava as deficiências como irrelevante, uma atitude que desconcertava até os apóstolos. Frequentemente nos Evangelhos nós vemos as multidões maravilhando-se com a cura que tinha acontecido; mas a atenção de Cristo está focada em coisas espirituais (“teus pecados estão perdoados”). Comparados com as coisas essenciais – como fé e salvação – caminhar, ouvir e falar são, para Ele, acidentais. Se nós realmente ouvirmos o que Ele está dizendo, nós nos tornaremos tão interessados em Sua atitude em relação às nossas deficiências como nós estamos nas “curas” em si mesmas, e nós começaremos a pensar de uma maneira diferente³⁶.

Jesus não vê as deficiências como obstáculos à salvação das pessoas, e nem mesmo vê incoerência ao imaginar pessoas no céu com suas deficiências: “Melhor é entrares mutilado para a Vida do que, tendo as duas mãos, ires para a geena”³⁷. Nesse versículo também fica claro o quanto Jesus relativiza o drama das deficiências físicas, sensoriais e cognitivas em comparação com o gravíssimo problema que é o pecado.

Enfim, o Concílio Vaticano II ensina que “só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do ser humano. [...] Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o ser humano a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime”³⁸. Portanto, é na prática de Jesus, na forma como ele lidava com as pessoas, que se pode conhecer mais profundamente quem é o ser humano.

5. ALGUMAS QUESTÕES DE FRONTEIRA

Quando João Batista mandou perguntar a Jesus se ele era o Messias esperado, Jesus mandou dizer a João: “os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados”³⁹, fazendo referência às profecias messiânicas, e dando a entender que aquelas curas eram antecipação do Reino dos céus, no qual, portanto, não mais existiriam tais deficiências. É importante notar que as deficiências mencionadas aqui são apenas as físicas e as sensoriais. Porém, especialmente quando se fala de deficiências de nascença ou cognitivas, a deficiência não é algo separado da pessoa, não é algo que a pessoa está fadada a carregar ou pode deixar de levar consigo, pois faz



parte do que a pessoa é. Uma pessoa com deficiência visual congênita, por exemplo, simplesmente não sabe o que significa enxergar. Ela constrói a sua existência simplesmente sem qualquer referência a essa habilidade sensorial, que para quem enxerga parece imprescindível. A visão nem é um sentido de que ela sente falta, pois é algo que nunca foi sua realidade.

Assim sendo, é inevitável o questionamento sobre a situação da pessoa com deficiência depois da vida terrena. “Qual é a relação salvífica entre Deus e os seres humanos no caso de pessoas que são classificadas como sendo ‘deficientes’?”⁴⁰ Qualquer tipo de resposta definitiva seria uma mera hipótese, já que se trata de especulação sobre um mistério além das possibilidades da teologia.

Jesus se referiu ao estado da pessoa na bem-aventurança ao responder aos saduceus que lhe interrogaram sobre a situação matrimonial, no céu, de uma hipotética mulher que se casara, na terra, com sete irmãos: “Os que forem julgados dignos de ter parte no outro mundo e na ressurreição dos mortos não tomam nem mulher nem marido; como também não podem morrer: são semelhantes aos anjos”⁴¹. Portanto, a vida no estado pós-morte será completamente diferente dessa vida na terra. Nossa existência terrena está profundamente marcada pela experiência do *devoir*, como dizia Platão, e faz de nós um *ser-para-a-morte*, no dizer dos existencialistas.

No dizer de João Paulo II, “o sofrimento é [...] algo mais profundamente enraizado na própria humanidade”⁴². Assim sendo, o que será a nova forma de vida, no pós-morte, sem tudo isso? O que será viver sem adoecer, sem envelhecer, sem a possibilidade de morrer, sem mais confrontar-se com o pecado, sem qualquer sofrimento e sem qualquer espécie de deficiência?

O autor do Suplemento da III Parte da Suma Teológica, ao falar da situação do corpo humano no estado da bem-aventurança, afirma que os corpos dos ressuscitados “serão impassíveis”⁴³, isto é, não mais poderão sofrer de forma alguma. Segundo ele, nos corpos ressuscitados dos santos, a exemplo do que aconteceu com o corpo glorioso do próprio Jesus, as feridas do martírio permanecerão, mas apenas por completarem a alegria dos que morreram por causa de Cristo.

Portanto, pode-se especular a situação ressuscitada das pessoas com deficiência considerando dois pressupostos: 1) com a ressurreição não subsistirá no corpo humano nada que o limite de



qualquer maneira, nada que lhe cause sofrimento ou privação; mas 2) “a glória não destroi a natureza”⁴⁴, e, portanto, subsistirá da deficiência aquilo que fizer parte da própria personalidade do ser humano.

Pailin afirma que, ao ingressar na eternidade, a pessoa com deficiência experimenta uma mudança totalmente diferente de uma cura: “O abismo entre o modo de existência pessoal na vida terrena e no pós-morte é tal, que é mais apropriado dizer que passa a existir uma nova pessoa do que dizer que o *self* anterior sofreu uma transformação que pode justificadamente ser comparada à recuperação de uma doença”⁴⁵. Logo, as deficiências das pessoas, mais uma vez aqui, aparecem não como um problema teológico à parte, mas integradas ao conjunto das limitações humanas, considerando que o corpo humano, que “é semeado desprezível, ressuscita reluzente de glória; semeado na fraqueza, ressuscita cheio de força”⁴⁶.

6. CRUZ, PESO OU FARDO

O que são as deficiências do ponto de vista espiritual? Considerando a linguagem paulina sobre a fragilidade humana em geral, podemos aplicar-lhe os conceitos de cruz, peso ou fardo.

Segundo a ideia de *carregar a cruz* desenvolvida pelo próprio Jesus – ou pelos evangelistas a partir da experiência pós-pascal como reinterpretação da morte do próprio Jesus numa cruz – não se pode imediatamente considerar uma deficiência como uma cruz que a pessoa é fatalmente obrigada a carregar. Jesus disse: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me”⁴⁷. A cruz, portanto, está mais relacionada com as consequências do seguimento a Jesus, isto é, a perseguição e as afrontas que naturalmente acometem aqueles que decidem dar testemunho de Jesus. É exatamente aqui que surge a identificação do *martírio* (= *testemunho*) com o *morrer por causa de Jesus*. Há um sentido salvífico no gesto de *carregar a cruz*. É por isso que não convém falar da deficiência como uma cruz, já que não há um sentido ou uma especial razão de ser para a existência de uma deficiência, pelo menos dentro do quadro interpretativo da aleatoriedade, que adotamos neste trabalho. A cruz tem uma finalidade, já a



deficiência não. A cruz é uma etapa da vida do discípulo, uma etapa que almeja e caminha para alcançar superação. Já a deficiência deve ser aceita não como uma fase temporária, nem como algo a ser superado, mas como uma realidade definitiva, algo integrado ao ser da pessoa.

Paulo interpreta seu ministério apostólico como verdadeiro *carregar a cruz* ao ver os sofrimentos dele decorrentes como participação no sofrimento redentor de Cristo. Vejamos algumas das várias referências que o Apóstolo faz a essa participação: “Trazemos em nosso corpo a agonia de Jesus, a fim de que a vida de Jesus seja também manifestada em nosso corpo”⁴⁸, “para conhecê-lo, conhecer o poder da sua ressurreição e a participação nos seus sofrimentos, conformando-me com ele na sua morte, para ver se alcanço a ressurreição de entre os mortos”;⁴⁹ “completo o que falta às tribulações de Cristo em minha carne pelo seu Corpo, que é a Igreja”⁵⁰.

Mas é possível transformar o sofrimento provocado pelas deficiências em uma espécie de apostolado. Assim, é também possível ver o sofrimento de pessoas com deficiência como *carregar a cruz*. João Paulo II, tanto em escritos como *Salvifici Doloris* como em sua vida pessoal de sofrimentos causados pelo atentado de 1981, pelas enfermidades, pela idade avançada e pela deficiência provocada por tudo isso, interpreta o sofrimento em geral como possibilidade dessa participação no sofrimento de Cristo, dando-lhe um sentido.

Isso pode acontecer quando o discípulo de Cristo decide lidar com seus sofrimentos com um espírito de sacrifício à maneira do mesmo Cristo, “amorizando” o seu próprio sofrer ao direcioná-lo para o bem dos outros e para a salvação do mundo, vivendo-o não no lugar de vítima ou merecedor de pena, mas de forma positiva, ainda que difícil. Ao encher assim sua deficiência de conteúdo, muitas pessoas com deficiências dolorosas podem ser ajudadas na tarefa de ressignificar a sua história. Diz o papa João Paulo II:

Precisamente o sofrimento, impregnado do espírito de Cristo, é o mediador insubstituível e autor dos bens indispensáveis para a salvação do mundo. Mais do que qualquer outra coisa, o sofrimento é aquilo que abre caminho à graça que transforma as almas humanas. Mais do que qualquer outra coisa, é ele que torna presentes na história da humanidade as forças da Redenção. Naquela luta “cósmica” que se trava entre as forças espirituais do bem e as do mal, de que fala a Carta aos Efésios, os sofrimentos humanos, unidos ao sofrimento redentor de Cristo, constituem um apoio particular às



forças do bem, abrindo caminho à vitória destas forças salvíficas. E por isso a Igreja vê em todos os irmãos e irmãs de Cristo que sofrem como que um sujeito múltiplice da sua força sobrenatural⁵¹.

Além da categoria *cruz*, São Paulo também nos oferece dois outros conceitos que podem ser úteis na compreensão da deficiência da pessoa. Ao escrever aos gálatas, ele apresenta os seguintes preceitos:

Carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo. Se alguém pensa ser alguma coisa, não sendo nada, engana a si mesmo. Cada um examine sua própria conduta, e então terá o de que se gloriar por si só e não por referência ao outro. Pois cada qual carregará o seu próprio fardo⁵².

Aqui ele usa primeiro a palavra *βάρος* (*báros*), que significa peso, ônus, e depois a palavra *φορτίον* (*phortíon*), que significa peso, fardo, carga. Algumas versões em português traduzem ambas as palavras por *fardo*, fazendo com que, obviamente, o texto pareça incoerente. Essas duas palavras eram usadas no vocabulário náutico, *báros* significando a sobrecarga que um navio leva, o peso extra que o impede de navegar em segurança, e *phortíon* significando o peso apropriado que o navio naturalmente deve levar, sem o qual ele também não consegue navegar bem. Ou seja, *phortíon* é o fardo que cabe unicamente a cada um levar, faz parte do que a pessoa é; enquanto *báros* é o peso excessivo, que a pessoa não dá conta de carregar sozinha.

Essas duas palavras podem nos ajudar a compreender os diferentes sentidos que a deficiência da pessoa pode ter. Quando estamos falando da deficiência como aquilo que a pessoa é, e sem a qual ela não seria o que ela é, referimo-nos a algo que não pode ser tomado como um sofrimento. Mas podemos também nos referir a outros tipos de deficiência, que são um peso excessivo à pessoa, que lhe causam dor e desconforto e que exigem cuidados especiais.

A pessoa com deficiência, na medida do possível, tem o direito de lidar com sua própria deficiência como sendo *phortíon*, isto é, seu fardo pessoal, não no sentido negativo, mas como responsabilidade, assim como qualquer pessoa sem deficiência também tem o seu. Isso acontece quando a sociedade cumpre com sua obrigação de retirar os obstáculos para que a pessoa com deficiência possa “carregar seu próprio fardo”. Isso se refere a rampas de acesso para as pessoas



que se locomovem com cadeira de rodas ou informações em Braille para os cegos, por exemplo. Por outro lado, às pessoas com deficiências mais graves devem ser respeitadas em seu direito aos cuidados especiais de que precisa, para que se cumpra “a Lei de Cristo”, que é “carregar o peso uns dos outros”. Isso significa tratamento médico, de enfermagem, fisioterápico, pedagógico, psiquiátrico etc.

7. UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM PASTORAL

Diante dessa reflexão antropológico-teológica, é necessário encontrar caminhos metodológicos para se lidar pastoralmente com as pessoas com deficiência no contexto em que vivemos. Os evangelistas apresentam Jesus e os apóstolos pregando o Reino de Deus com um subseqüente ministério de cura de todo tipo de deficiências. Há exegetas que entendem tais narrativas taumatúrgicas mais como um gênero literário com finalidade de fortalecer a credibilidade da pregação. Outros explicam essa peculiaridade do período apostólico como uma especialíssima “graça fundante” da Igreja. Seja como for, o fato é que seria absolutamente irracional propor hoje, como cuidado pastoral das pessoas com deficiência, uma insistência no pedido de “milagres” para curá-las. Até porque os milagres não podem ser uma realidade ordinária, mas intrinsecamente extraordinária. Quando Jesus enviou os discípulos dizendo “curai os doentes, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios”⁵³, ele não estava propondo a prática da chamada “cura divina” buscada pelas seitas neopentecostais.

É importante notar que o verbo *curar*, neste versículo, vem do grego *θεραπεύω* (*therapéuo*), de onde veio a palavra *terapia*, usada largamente na área biomédica, e foi traduzido para o latim *curare*, que significa *cuidar*, de onde vem a expressão “o cura de tal lugar” para designar “o pároco”, isto é, o pastor de um lugar, aquele que cuida pastoralmente de uma comunidade. Portanto, a Igreja cumpre plenamente essa missão quando *cuida* das pessoas como Jesus ensinou e pediu⁵⁴.



Cuidar das pessoas com deficiência, antes de significar construir e manter instituições de assistência a essas pessoas, ou mesmo de fazer campanhas de conscientização a respeito, significa primeiramente oferecer estruturas que favoreçam o acesso das pessoas com deficiência aos templos (inclusive ao espaço celebrativo principal) e outros edifícios pastorais, oferecer serviços de comunicação litúrgica e catequética para cegos e surdos e inserir essas pessoas plenamente nos ministérios (ordenados e extraordinários) da Igreja.

Ainda antes disso, porém, uma abordagem pastoral devida às pessoas com deficiência seria adotar uma postura e uma linguagem de respeito a elas. Assim, da mesma forma como se deve evitar o verbo “denegrir”, por ser ofensivo às pessoas de cor preta, assim também convém não usar expressões como “surdos à palavra de Deus” ou “cegos às manifestações de Deus” para referir-se à postura pecaminosa.

Em diversos textos bíblicos os termos cego, surdo e paralítico assumiram sentidos alegóricos extremamente pejorativos: tornaram-se imagens para falar dos ímpios (cf. Is 29,18; 35,5); o povo infiel era chamado de “cego” às ações de Deus na história, “surdo” à Lei e aos Profetas, “paralítico” diante de uma realidade que exigia mudanças ágeis. Assim, ter uma deficiência ou um familiar nessa condição trazia mais do que dificuldades de ordem econômica: era tornar-se o próprio sacramento da infidelidade⁵⁵.

É comum ouvir alguém amaldiçoar uma pessoa que o ofendeu desejando vê-la “entrevada numa cama”, ou interpretar o acidente que causou uma deficiência à pessoa má dizendo o clichê “Aqui se faz, aqui se paga”. Isso mostra como uma deficiência física ainda corresponde, no imaginário popular, a maldição ou castigo.

Também se ouvem com frequência palavras de consolo aos familiares de alguém que morreu em decorrência de um acidente ou uma doença: “Foi melhor assim do que se ele ficasse paralítico”, insinuando que uma vida como deficiente físico não valeria a pena ser vivida. Ou ainda transformam-se nomes de deficiências em xingamentos, como alguém que reprova a desatenção do subordinado perguntando: “Você está cego?”. Quando um casal que tinha previsão de ter um bebê com síndrome de Down vem ao sacerdote pedir uma missa de ação de graças porque a criança nasceu “normal”, o que pode estar por detrás desse agradecimento é a ideia de que Deus



os teria livrado de uma “desgraça”. Essas e muitas outras expressões surgem naturalmente no dia a dia, geralmente não com intenções maldosas. Mas revelam que o senso comum carrega uma série de preconceitos e equívocos a respeito das diversas formas de deficiência. Os agentes pastorais se quiserem realmente zelar pela dignidade das pessoas com deficiência, devem estar atentos para evitar esse tipo de expressões carregadas de significado pejorativo.

Outro espaço importante onde a Igreja pode atuar em prol das pessoas com deficiência é no aconselhamento pastoral e na celebração do sacramento da penitência. É necessária aos ministros uma formação filosófica e teológica adequada para os nossos tempos, com entradas suficientes nas áreas da antropologia, psicologia e mesmo da sociologia e da biologia, que lhes possibilite conhecer a realidade das pessoas com deficiência, seus desafios e seus sonhos. Um atendimento eficaz, que ajude a pessoa a interpretar adequadamente a sua condição, superando os estigmas sociais e culturais, fortalecendo satisfatoriamente sua autoestima e sua esperança e superando o preconceito, pode ser profundamente libertador.

CONCLUSÃO

A sociedade precisa entender que as deficiências não são “problemas das pessoas com deficiência e seus familiares”. Primeiro porque não são propriamente “problemas”, mas fazem parte da manifestação do caráter diverso e limitado da vida humana em geral; e também porque uma das obrigações básicas de uma sociedade é proteger a vida e a dignidade de cada um de seus membros. Portanto, iniciativas como o oferecimento de acessibilidade urbana não são “beneficência” feita pelo poder público, mas uma questão de direitos respeitados.

A teologia tem um papel fundamental nesta reflexão sobre as deficiências das pessoas, já que o fundo da angústia geralmente presente na vida das pessoas envolvidas com esse tema é religioso. As perguntas existenciais dessas pessoas geralmente equivalem ao drama do Livro de Jó, que medita sobre a existência do mal. “Por que Deus permitiu que eu nascesse ou adquirisse essa



deficiência? Como entender como Pai amoroso esse Deus Criador que responsabilizo por eu ser assim?”

Um ministro da Igreja não tem obrigação de dar uma resposta definitiva a essas perguntas. Aliás, não tem nem mesmo o direito de formulá-la, já que nem a Bíblia nem a tradição da Igreja têm uma resposta satisfatória para oferecer. Mas não poderá fugir à responsabilidade de tratar dessas questões, de escutar e acolher humanamente o sofrimento de quem vem com essas perguntas. É imprescindível uma postura de humildade teológica, sem respostas prontas e apressadas; uma postura de *com-paixão* e de *miseri-córdia*, isto é, de quem “chora com os que choram”⁵⁶.

A proposta deve ser sempre um convite à experiência do discipulado, ao seguimento a Jesus. Ao caminhar com ele, o discípulo vai formulando suas próprias respostas, já que ele é o *Logos* de Deus que se fez humano e, portanto, ilumina também a racionalidade humana e seus mistérios mais profundos.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.

CNBB. “Texto-base da Campanha da Fraternidade 2006.” Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2/cat_view/241-cf-campanha-da-fraternidade/261-cf-2006>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

CONCÍLIO VATICANO II. “Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*”. São Paulo: Paulus, 1997.

CREAMER, Deborah Beth. *Disability and Christian Theology: Embodied Limits and Constructive Possibilities*. New York: Oxford University Press, 2009.

HOGAN, Griff. *The Church and Disabled Persons*. Springfield: Templegate, 1983.



JOÃO PAULO II. “Carta Apostólica *Salvifici Doloris*”. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/1984/documents/hf_jp-ii_apl_11021984_salvifici-doloris_po.html>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

PAILIN, David A. *A Gentle Touch: From a Theology of Handicap to a Theology of Human Being*. London: SPCK, 1992.

ROSS, Susan A. *Anthropology: Seeking Light and Beauty*. Minnesota: Liturgical Press, 2012.

SUSIN, Luiz Carlos. “O esquecimento do ‘outro’ na história do ocidente.” *Revista Eclesiástica Brasileira*, n. 47, p. 820-838, 1987.

* Juliano Ribeiro Almeida, mestrando em Teologia Sistemática pela School of Theology and Ministry Boston College (EUA). Presbítero da diocese de Cachoeiro de Itapemirim, ES.

¹ ROSS, *Anthropology*, p. 152 (As traduções dos textos em inglês são minhas).

² AQUINO, *Suma Teológica*, I-II, q. 85, a. 5.

³ *Ibid.*, I-II, q. 85, a. 5.

⁴ Pedro Lombardo, no Livro II das Sentenças, menciona a explicação de Santo Agostinho: “O corpo do ser humano, antes do pecado, era mortal e imortal” (Distinção XIX, Capítulo 3). O corpo humano, pela condição da natureza, já era capaz de morrer, mas por benefício da graça, tinha o poder de não morrer.

⁵ AQUINO, *Suma Teológica*, I-II, q. 85, a. 4.

⁶ *Ibid.*, I-II, q. 85, a. 5, sol. 5.

⁷ CREAMER, Deborah B. *Disability and Christian Theology*, p. 51.

⁸ PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 36.

⁹ “Não se justifica considerar que faltam às pessoas com deficiência o que é necessário a uma existência plenamente humana. Considerá-las dessa maneira implica em que elas estivessem num estado em que idealmente necessitassem de ‘conserto’, ‘correção’ ou ‘melhoramento’ para que fossem plenamente humanas. Esse é tanto um erro quanto um julgamento paternalista. Isso deixa de reconhecer, primeiro, que todos nós somos limitados; segundo, que as pessoas com deficiência são pessoas em seu próprio direito; terceiro, que não existe um modelo ideal de existência humana, muito menos um fixo que permanece constante em qualquer contexto cultural; quarto – e acima de tudo – que, a partir da perspectiva divina, as pessoas sem deficiência são suscetíveis a ser não mais criativamente significantes do que as com deficiência” (PAILIN, Prefácio, p. IX).

¹⁰ CNBB, *Texto-base da CF-2006*, n. 120.

¹¹ Cf. CREAMER, Deborah B. *Disability and Christian Theology*, p. 14.

¹² PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 34.

¹³ CNBB, *Texto-base da CF-2006*, n. 310.

¹⁴ *Ibid.*, n. 310.

¹⁵ SUSIN, “O esquecimento do ‘outro’ na história do ocidente.” *Revista Eclesiástica Brasileira* 47 (1987), p. 820-838.

¹⁶ PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 35.

¹⁷ CREAMER, Deborah B. *Disability and Christian Theology*, p. 109-110.

¹⁸ PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 16.

¹⁹ *Ibid.*, p. 154.

²⁰ *Ibid.*, p. 156.

²¹ Gn 5,3 (As citações bíblicas são da *Bíblia de Jerusalém*, São Paulo: Paulus, 2002).

²² At 17,28-29.



-
- ²³ Is 44,18.
²⁴ Is 44,20.
²⁵ Jo 1,14.
²⁶ Cf. Gn 3,16-19.
²⁷ Hb 2,16-17.
²⁸ Fl 2,7.
²⁹ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, n. 22.
³⁰ João Paulo II ensina que Ele não só assumiu o sofrimento humano, mas também o redimiu: “Na Cruz de Cristo, não só se realizou a Redenção através do sofrimento, mas também o próprio sofrimento humano foi redimido” (Carta Apostólica *Salvifici Doloris*, n. 19).
³¹ CNBB, *Texto-base da CF-2006*, n. 302.
³² Lc 13,11.
³³ Mc 3,3. Essa parte do versículo é exatamente o lema da Campanha da Fraternidade 2006.
³⁴ cf. Mc 2,1-12.
³⁵ Mt 9,2.
³⁶ HOGAN, Griff. *The Church and Disabled Persons*, Introdução, p. I-II.
³⁷ Mc 9,43.
³⁸ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, n. 22.
³⁹ Mt 11,4-5.
⁴⁰ PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 11.
⁴¹ Lc 20,34-35.
⁴² JOÃO PAULO II, *Salvifici Doloris*, n. 5.
⁴³ AQUINO, *Suma Teológica*, XP III, q. 82, a. 1.
⁴⁴ AQUINO, *Suma Teológica*, Suplemento da III, q. 82, a. 4, sol. 5.
⁴⁵ PAILIN, David A. *A Gentle Touch*, p. 162.
⁴⁶ 1Cor 15,43.
⁴⁷ Mt 16,24.
⁴⁸ 2Cor 4,10.
⁴⁹ Fl 3,10-11.
⁵⁰ Cl 1,24.
⁵¹ JOÃO PAULO II, *Salvifici Doloris*, n. 27.
⁵² Gl 6,2-5.
⁵³ Mt 10,8.
⁵⁴ Modelo para esse *cuidar* é a figura do Bom Samaritano, que não faz milagre para sarar as feridas do homem que caiu nas mãos de assaltante, mas cuida de suas feridas, alivia sua dor e lhe dá condições de recuperar-se (cf. Lc 10,29-37).
⁵⁵ CNBB, *Texto-base da CF-2006*, n. 293.
⁵⁶ Rm 12,15.